

SUMÁRIO

Apresentação à 2.ª edição.....	9
Prefácio à 1.ª edição	11
Obras do autor	13
Lista de abreviaturas	23
1. A VERDADE DIMENSIONADA NO PROCESSO	25
1.1 Que é verdade?	25
1.2 A unicidade da verdade.....	29
1.3 A busca da verdade e a finalidade do processo.....	31
1.4 O Direito e a verdade.....	32
1.5 Princípios e a verdade	34
1.5.1 Princípio da verdade material	37
1.5.2 Princípio da verdade formal.....	39
1.5.3 A verdade material no processo civil e a verdade formal no processo penal	41
1.5.4 O enfraquecimento dos dogmas e a verdade processual....	44
1.6 Verdade produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa	46
1.7 O consenso e a verdade	50
1.8 Verdade sabida, fato notório e evidência	52
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA BUSCA DA VERDADE	56
2.1 Evolução metodológica do descobrimento da verdade	56
2.2 A demonstração da verdade na Grécia antiga.....	57
2.3 Sistemas de apuração da verdade no Direito romano	58
2.4 O juramento de dizer a verdade no antigo Direito germânico	64
2.5 A inquisição da verdade no Direito canônico	66
2.6 As raízes lusitanas de apuração da verdade	71
2.7 A influência do liberalismo francês.....	76



2.8	A busca da verdade nos primórdios do Direito brasileiro	78
3.	A BUSCA DA VERDADE NA LEGISLAÇÃO DE OUTROS PAÍSES	80
3.1	A pesquisa da verdade no Direito alemão	80
3.2	Anotações sobre a verdade no Direito Processual Penal italiano ...	82
3.3	Aspectos da busca da verdade no Direito francês	84
3.4	A procura da verdade no Direito português	85
4.	A BUSCA DA VERDADE SOB A ÉGIDE DO DIREITO CONSTITUCIO- NAL.....	88
4.1	O influxo das Constituições na investigação da verdade.....	88
4.2	Critérios constitucionais que prevaleceram até a Carta de 1934	90
4.3	A Constituição de 1937 e a promulgação do Código de Processo Penal.....	96
4.4	O período pós-constitucional de 1946.....	98
4.5	Os modernos ditames da Constituição de 1988	99
5.	INVESTIGAÇÃO DA VERDADE	104
5.1	Inquérito policial e o descobrimento da verdade.....	104
5.1.1	Finalidade do inquérito e primeiras medidas investigativas	107
5.1.1.1	Medidas assecuratórias	109
5.1.1.2	Busca e apreensão	110
5.1.1.3	Sequestro, arresto e hipoteca legal.....	111
5.1.2	Investigação oficial aprimorada pelo uso da tecnologia	113
5.1.2.1	<i>Notitia criminis</i> , boletim eletrônico e registro di- gital de ocorrência.....	114
5.1.2.2	Sistemas Infoseg, Ômega, Phoenix e Fotocrim....	116
5.1.2.3	Identificação do criminoso: datiloscopia, papilos- copia e Afis.....	120
5.1.2.4	Desvendando a mídia informática.....	124
5.1.2.5	Disque-denúncia.....	126
5.2	Termo Circunstanciado.....	127
5.3	Comissão Parlamentar de Inquérito e a apuração da verdade.....	128



6. AÇÃO PENAL E O POSICIONAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FRENTE À PERQUIRÇÃO DA VERDADE	131
6.1 Titularidade da ação penal	131
6.2 Ministério Público e sua condição de parte no processo penal	132
6.3 Ministério Público e a instrução do processo	137
6.4 Assistente da acusação e sua contribuição para o descobrimento da verdade	141
7. PROVA E VERDADE	145
7.1 A utilização da prova como instrumento de apuração da verdade	145
7.2 Breves noções sobre a teoria legal da prova	147
7.3 Objeto da prova	149
7.4 Desnecessidade da prova	150
7.5 Momentos probatórios	151
7.6 Ônus da prova.....	153
7.7 Averiguação da verdade pelo juiz natural.....	155
7.7.1 Poderes atribuídos ao juiz em busca da verdade.....	162
7.7.1.1 Poderes inquisitórios do juiz penal	166
7.7.1.2 Poderes instrutórios.....	168
7.7.2 A busca da verdade em superior instância judicial	169
7.8 Legalidade, liberdade e restrições da prova	171
7.8.1 Prova ilícita	172
7.8.1.1 Prova ilícita por derivação.....	175
7.8.1.2 Desentranhamento da prova ilícita	178
7.8.2 Intimidade, vida privada, honra e imagem.....	179
7.8.3 A proteção do domicílio.....	182
7.8.4 Segredo e sigilo	183
7.8.5 Sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas	185
7.8.6 Sigilo das comunicações telefônicas.....	186
7.8.7 Sigilo de dados	192
7.8.8 Sigilo bancário e das instituições financeiras	196
7.8.9 Difusão do sigilo profissional.....	201
7.8.10 Sigilo do juiz de direito, do representante do MP e da autoridade policial	203
7.8.11 Sigilo do advogado	204



7.8.12	Sigilo médico	207
7.8.13	Sigilo do jornalista	210
7.8.14	Da aplicação do princípio da proporcionalidade	212
7.9	Meios de prova	222
7.9.1	Exame de corpo de delito	223
7.9.2	Perícia: características gerais.....	225
7.9.2.1	Perito, quesitos e laudo pericial	227
7.9.2.2	Intérprete e tradutor.....	231
7.9.2.3	Exames necroscópico e de exumação.....	231
7.9.2.4	Exame de lesões corporais	232
7.9.2.5	Exame grafotécnico	233
7.9.2.6	Perícia de laboratório e exame de DNA	233
7.9.2.7	Instrumentos do crime e avaliação de coisas	236
7.9.3	Do acusado e seu defensor	237
7.9.3.1	Interrogatório e os direitos do acusado	238
7.9.3.2	Formalidades legais que cercam o interrogatório	240
7.9.3.3	Videointerrogatório	245
7.9.3.4	Confissão e parcialidade do acusado	250
7.9.3.5	Delação premiada	253
7.9.3.6	Defensor e a sua obrigatória intervenção no processo	256
7.9.3.7	O <i>munus</i> que apara a parcialidade do defensor	258
7.9.4	Do ofendido	261
7.9.4.1	Realinhamento procedimental da importância do ofendido.....	261
7.9.4.2	Atuação do ofendido no polo ativo da ação penal	266
7.9.5	Prova testemunhal	270
7.9.5.1	Compromisso de dizer a verdade	271
7.9.5.2	Quem pode testemunhar e obrigatoriedade do depoimento.....	274
7.9.5.3	Oralidade	276
7.9.5.4	Exame direto da prova testemunhal	277
7.9.5.5	Número de testemunhas que podem ser arroladas	281
7.9.5.6	Incomunicabilidade e ordem de inquirição.....	282



7.9.5.7	Direito ao confronto e videodepoimento.....	283
7.9.5.8	Depoimento por carta precatória	284
7.9.5.9	Acareação e contradita	286
7.9.5.10	Valor da prova testemunhal	286
7.9.5.11	Programa de proteção a testemunhas.....	288
7.9.6	Reconhecimento de pessoa ou coisa	289
7.9.7	Prova documental e sua autenticidade	290
7.9.7.1	Prova eletrônica e documento eletrônico	292
7.9.7.2	Dificuldade no recolhimento da prova digital	294
7.9.7.3	Ata notarial como meio de prova.....	297
7.9.7.4	Prova emprestada e a confirmação da verdade	300
7.9.8	Indícios.....	302
7.9.9	Cooperação jurídica internacional.....	303
7.9.9.1	Extradição.....	310
7.10	Sistemas de apreciação da prova no processo penal.....	311
8.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E NULIDADE	318
8.1	Debates orais.....	319
8.2	Preservação da fidelidade dos atos praticados em audiência	320
8.3	Videoconferência e teleaudiência.....	323
8.4	Nulidades e a apuração da verdade	328
9.	SENTENÇA DECLARATÓRIA DA VERDADE	331
9.1	Estrutura formal da sentença	333
9.1.1	Relatório	333
9.1.2	Fundamentação	333
9.1.3	Parte dispositiva.....	334
9.2	Sentença absolutória.....	335
9.3	Sentença condenatória.....	337
9.4	Teoria da congruência.....	338
10.	PREDOMÍNIO DA VERDADE: RIGOR E ABALOS.....	341

10.1 Coisa julgada e presunção da verdade	341
10.2 Revisão criminal	343
10.2.1 Revisão <i>pro reo</i>	344
10.2.2 Revisão <i>pro societate</i>	346
10.3 A busca da verdade no Juizado Especial Criminal	348
10.4 Efeitos da suspensão condicional do processo	349
10.5 Suspensão do curso do processo no caso de revelia.....	350
Bibliografia	353
Índice Alfabético-Remissivo	373

